

O Papa Francisco e a Teologia da Libertação

Pope Francis and liberation theology

*Antonio Manzatto**

Resumo: Olhando para o primeiro ano do pontificado do Papa Francisco, o primeiro papa latino-americano da história, surge a pergunta sobre sua relação com a Teologia da Libertação. Seria aquela teologia elaborada na América Latina oficializada, ela que não foi bem vista pelos últimos pontífices? Qual é a relação do papa com a teologia latino-americana? Partindo deste ponto o autor situa, em primeiro lugar, uma compreensão do que seja a Teologia da Libertação, quais suas conquistas e qual o lugar que ocupa no patrimônio teológico da Igreja universal para, então, olhar para Francisco e reconhecê-lo como o papa que “veio do fim do mundo”, com características próprias dos pastores da América Latina.

Palavras chave: Papa Francisco; Teologia da Libertação; Teologia latino-americana, América Latina; Igreja.

Abstract: Looking at the first year of the pontificate of Pope Francis, the first Latin American pope in history, the question about his relationship with liberation theology arises. Was that theology elaborated in Latin America turns official, that she was not well regarded by past popes? What is the relationship of the pope with the Latin American theology? From this point the author lies, first, an understanding of which is liberation theology, which his achievements and what place it occupies in the theological heritage of the universal Church to then look at Francis and recognize him as the pope who “came from the end of the world”, with characteristics of Latin American’s pastors.

* Doutor em Teologia pela Universidade de Lovaina, Bélgica. Professor da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Keywords: Pope Francis; Liberation Theology; Latin American theology; Latin American; Church.

Introdução

Depois de um ano do pontificado do Papa Francisco muitas análises foram feitas e algumas chaves de leitura de seu trabalho foram elaboradas.¹ Seu comportamento e seus discursos puderam ser confrontados com seus textos, sobretudo a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*,² programática como ele mesmo a entende e onde a direção que ele quer dar à Igreja parece muito mais clara. A coerência entre seu comportamento, seus discursos e o texto apresentado é espantosa, de uma clareza, simplicidade e limpidez que há tempos não se via em documentos magisteriais deste porte.

O Papa argentino parece cada vez mais latino-americano não simplesmente na afirmação de sua origem, mas na sua maneira de pensar a igreja e pastoreá-la. Tem as características da América Latina não apenas por seu lugar de nascimento, mas pela base de sua teologia. Mais do que uma reflexão, tal fato precisa de uma demonstração. Mais ainda quando se sabe que a teologia da América Latina, a teologia própria e específica deste continente, sua forma de colaborar com o patrimônio teológico universal, foi essencialmente o que conhecemos pelo nome de Teologia da Libertação. Esta teologia foi duramente criticada por muitos, perseguida e, por alguns, condenada como heresia. Não faltou quem se levantasse para execrá-la e condená-la; muitos repetiam à exaustão a “condenação” dessa teologia pelo magistério, o que nunca aconteceu, mas que passava como se tivesse sido. Será que agora o Magistério autêntico do Papa estaria em vias de oficializar a Teologia da Libertação? Daí o interesse em lembrar as características principais dessa maneira de fazer teologia e confrontá-las com os

¹ Veja-se **João Décio Passos e Afonso M. L. Soares**, *Francisco: renasce a esperança*; São Paulo: Paulinas, 2013; também **José Maria da Silva** (org.), *Papa Francisco: expectativas e perspectivas de um papado*; Petrópolis: Vozes, 2014.

² **Francisco**, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, de 24 de novembro de 2013.

princípios teológicos que norteiam o pontificado de Francisco a fim de verificar se há consonância ou dissonância entre eles.

1. A Teologia da Libertação

Muito já foi escrito sobre a Teologia da Libertação, e alguns dela falaram, recentemente, como se seu tempo já houvesse passado. Houve até quem celebrasse o fim da Teologia da Libertação e se sentisse livre para propor uma Igreja com base em pressupostos por ela combatidos, exatamente porque ela, agora, estava definitivamente vencida. Outras manifestações ocorreram em sentido diferente, afirmando sua importância e sua perenidade ainda que sem ser hegemônica nos tempos atuais.

Existem vários estudos sistemáticos a respeito da Teologia da Libertação, publicados em diferentes épocas. Ela suscitou muitas pesquisas e em vários centros de formação houve não poucas teses e dissertações a seu respeito. Como ela não é uma teologia de genitivo, isto é, não se preocupa em pensar teologicamente a libertação, mas sim em repensar a teologia a partir do processo de libertação dos pobres, sua caracterização é bastante ampla e plural. Existe nela certo grau de pluralidade segundo o enfoque que lhe é dado, segundo o campo teológico específico estudado e segundo a forma de elaboração teológica de autores diferentes.

Tal pluralidade possibilitou, em várias situações, que se dissesse que não há uma Teologia da Libertação, mas sim várias teologias da libertação, de modo que sua pluralidade deriva, por exemplo, da multiplicidade de autores, como se cada um elaborasse uma teologia própria. Autores não se reconhecem em classificações que se realizam segundo diferentes critérios.³ No entanto existe, ao menos, certa identidade entre elas no que corresponde a aspectos relacionados à sua metodologia, à opção pelos pobres e à sua pastoralidade, e por

³ Veja-se a respeito **Agenor Brighenti**, *Raízes da epistemologia e do método da Teologia da Libertação; o método ver-julgar-agir da Ação Católica e as mediações da teologia latino-americana*; Louvain-la-Neuve: Faculté de Théologie, 1993

isso se pode falar da Teologia da Libertação abrindo mão da utilização do plural.

2. Questões de método

Há certo consenso que permite afirmar uma metodologia própria da Teologia da Libertação como sendo a do ver-julgar-agir.⁴ Este método próprio da Ação Católica repercutiu na teologia e foi por ela elevado à categoria de método teológico. Trata-se da necessidade de compreender o real, o contexto onde se vive, o mundo onde a Igreja está inserida e onde os cristãos vivem sua vida de fé. Quanto mais profundamente se conhecer este mundo onde se vive, mais pertinentes serão os apontamentos de ações que podem modificá-lo. Daí a necessidade de analisar o melhor possível a realidade, inclusive com apelo às ciências do social. É o que se convencionou chamar de mediação sócio-analítica.

Contextualizada na América Latina em tempos de múltiplos movimentos de libertação que aconteciam em variados níveis, a Teologia da Libertação pensa a realidade social do continente. A Conferência de Medellín (1968), por exemplo, tinha como tema principal “a Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”, o que já revela uma preocupação latente com o contexto no qual se vive.

Preocupada com os pobres do continente em processo de conquista de sua libertação, a Teologia da Libertação fez apelo às ciências do social para melhor conhecer os mecanismos de opressão e dominação. O aparato marxista de crítica social ao capitalismo pode ser descoberto e utilizado por teólogos que, em um primeiro momento, não viam perigos nesta utilização meramente instrumental de categorias marxistas. Assim houve uma grande aproximação entre os envolvidos com a teologia da libertação e os movimentos socialistas e marxistas sem que com isso necessariamente se abrisse mão da perspectiva teológica da reflexão que era feita. Em linhas gerais, a leitura da realidade apontava para uma população de maioria católica

⁴ Cf. idem.

e extremamente empobrecida por atos de um sistema político-econômico que se colocava contra os pobres, favorecendo os setores mais abastados da sociedade.

A hermenêutica sócio-analítica pode ainda não ser vista como o fazer teológico propriamente dito.⁵ Este virá na mediação hermenêutica, com alusão às bases doutrinárias do cristianismo e à sua expressão em conceitos. A teologia é chamada para uma palavra de julgamento sobre aquele contexto de dominação que é experimentado pelos cristãos. Os elementos reunidos pela teologia, ao longo dos séculos, permitiam uma clara postura de crítica ao sistema social que domina e oprime, inclusive com alusão aos antecedentes históricos vétero e neotestamentários que indicam claramente a postura cristã de combate à injustiça encarnada nos mecanismos de dominação e opressão. O ponto de toque era claro: Deus sempre se manifestou em favor dos pequenos e pobres, mormente em seu Filho Jesus Cristo, e a Igreja que deseja ser fiel a ele assume o mesmo caminho, incluindo os mesmos riscos.

É clara a indicação da direção em que apontará a chamada mediação prática, a ação da Igreja discípula de Jesus. O contexto no qual Jesus viveu dá a entender o significado de suas ações. Será preciso, então, que os cristãos tenham, sobre o mundo real onde vivem, uma ação que seja semelhante à ação de Jesus, atualizando seu significado. A reflexão teológica encaminha para uma ação eclesial que transforme o mundo onde se vive, tornando-o mais semelhante ao desígnio de Deus manifestado de maneira especial em Jesus. Voltada para a prática, a teologia assim pensada, na verdade, dela se origina, pois pensa teologicamente a vivência dos cristãos no mundo que é seu

⁵ Há certo debate quanto a este ponto, pois Clodovis Boff apresenta as três mediações como inter-relacionadas e já parte do fazer teológico, embora recoloca o debate em sua nova obra: **Clodovis Boff**, *Teoria do método teológico*, Petrópolis: Vozes, 1998. Por outro lado, teólogos como João Batista Libânio situam a elaboração mais propriamente teológica apenas a partir da mediação hermenêutica, que sucede a mediação sócio-analítica. Assim em **João Batista Libânio**, “La teologia contestuale della liberazione”, in **Giuseppe Alberigo**, **Giuseppe Ruggieri**, **Roberto Rusconi** (dir), *Atlante del Cristianesimo*, Turim: UTET, 2005, citado assim em <http://www.jbllibanio.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=71>, acessado em 03/07/2014. Este ponto de vista já havíamos defendido em **Antonio Manzatto**, *Teologia e Literatura*, São Paulo: Loyola, 1994, e por isso o mantemos aqui.

entorno. A prática está no início da reflexão teológica e em seu final, o que proporciona, na verdade, novo início, em perfeita realização do círculo hermenêutico. Por esta sua característica prática, muitos pensaram diminuí-la caracterizando-o como teologia pastoral, teologia não acadêmica e configurando-a como uma teologia inferior, ao passo que ela se propõe a repensar todo o universo teológico a partir de sua prática concreta e em função dela. Percebe-se como a noção de ortopraxis será importante aqui.

3. Opção pelos pobres

Esta talvez seja a grande marca e a grande conquista da Teologia da Libertação. Reunidos em Puebla para sua Assembléia Geral (1978), os bispos latino-americanos cunharam esta expressão de profundo significado: opção preferencial pelos pobres. Indica, de um lado, que há uma escolha, uma determinação anterior, como que uma definição do lugar onde se quer estar: ao lado dos pobres. Trata-se de uma opção, de uma escolha; ainda que muitas vezes se tenha falado de sua “necessidade”, o fato é que a opção pelos pobres é isso, uma opção, um gesto de vontade, não de obrigação. Assim como a afirmação fundamental da fé, a opção pelos pobres se coloca no nível do desejo, e não da necessidade, ainda que seja exigência daquela profissão de fé: exigência moral para a prática cristã, e exigência epistemológica para o fazer teológico.

Sendo opção preferencial, ela é uma escolha que dá preferência aos pobres, que os prefere, que os coloca em primeiro lugar, que entra em relação direta com eles para que a Igreja seja deles, dos pobres, em seus movimentos de libertação. Há uma aliança declarada entre a Igreja e os pobres principalmente quando aponta para a direção em que o mundo precisa ser transformado: justiça, paz, igualdade, que são buscas que elevam os pobres porque, no hoje da história, eles não possuem tais características em suas vidas. Em muitos momentos esta “preferência” pelos pobres foi apontada como “luta de classes”,

em perspectiva marxista;⁶ no entanto, a maioria dos teólogos da libertação a apontava como exigência de universalidade, no sentido de que apenas o que coloca os pobres em primeiro lugar pode ser apresentado como de todos, do contrário haverá sempre a exclusão dos mais pobres, porque mais fracos.

Não faltaram críticas a esta maneira de entender o cristianismo e de afirmá-lo em favor dos mais pobres. Talvez este tenha sido um dos motivos pelos quais os setores dominantes da sociedade tenham feito enorme campanha contra a Teologia da Libertação, campanha da qual participaram não poucos setores eclesiais comprometidos historicamente com outras classes sociais. Há uma mudança de posicionamento da Igreja que passa do lado dos dominadores para o lado dos pobres, e se compreende que aqueles que perderam tão importante instrumento de dominação, a Igreja e seu discurso religioso, tenham feito não poucas críticas à Teologia da Libertação e tenham feito não poucos esforços no sentido de demonizá-la. Hoje, no entanto, a opção pelos pobres é aquisição da teologia de toda a Igreja, ultrapassando os limites da América Latina para ser afirmada por Bento XVI como sendo “implícita à fé cristológica”.⁷

Curioso notar que a opção pelos pobres é afirmada como chave hermenêutica do fazer teológico, de maneira que se lê toda a revelação de Deus, aquela consignada na Escritura e também na vida da igreja, como uma contínua afirmação do Deus que defende os pobres. Percebe-se que todo o Primeiro Testamento pode ser compreendido desta maneira, como também o Segundo Testamento. A Igreja, originalmente constituída apenas de pequenos e pobres, sempre se preocupou com sua sorte e sua proteção, ainda que sua ação tenha sido diferente ao longo dos séculos, mas sempre buscando a mesma finalidade.⁸ Agora,

⁶ Assim, por exemplo, **Pablo Richard et al.**, *A luta dos deuses*, São Paulo: Paulinas, 1982. Veja-se o interessante estudo de **Michel Löwy**, “Cristianismo da Libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias”, in **Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis** (Orgs), *História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁷ **Bento XVI**, “Discurso na sessão inaugural da V Conferência-Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe”, in: *Palavras do Papa Bento XVI no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 111.

⁸ Veja-se aqui o curioso estudo de **Michel Mollat**, *Les pauvres au moyen age*, Bruxelles : Editions Complexe, 2006.

a questão assumia caracteres de ação política, e em outros tempos assumia características de assistência ou ainda outra forma de ação.

4. A prática eclesial

O desdobramento de tais perspectivas apontava para a ação política. No interno da Igreja acontece todo o processo de fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base, prática pastoral assumida em Medellín.⁹ Tais comunidades, com suas características próprias, como o protagonismo dos leigos, a valorização dos ministérios, a aproximação entre fé e vida, ou seja, entre o que se crê e o que se realiza na prática, apontavam para outro jeito de a Igreja ser. Próxima das pessoas, atenta às suas situações existenciais, menos hierárquica e mais comunitária, a Igreja que brota das Cebbs tem jeito de povo e concretiza na América Latina o que o Vaticano II anunciava como sendo sua compreensão de Igreja, Povo de Deus.

As Cebbs como que constituíram, por todo o continente latino-americano, a historicização do conceito mais amplo de Igreja dos Pobres. Com efeito, as Cebbs se constituíram principalmente no mundo dos pobres, no campo e nas periferias das cidades, ou então a partir de seu horizonte, e constituem como que o tecido social da Igreja dos Pobres, conforme a expressão de Pablo Richard.¹⁰ Se o conceito de Igreja dos Pobres engloba a ação pastoral social e política da Igreja, seu espírito simples e humilde assim como o compromisso social da Igreja em favor dos empobrecidos, as Cebbs são a estrutura através da qual se torna mais visível esta Igreja, embora não esgote suas possibilidades. Se a Igreja dos Pobres se historiciza, também, em organizações que vão para além das Cebbs, estas sempre foram uma maneira bastante efetiva de concretizar a compreensão daquela forma de pensar a Igreja.

⁹ **Celam**, *A igreja na atual transformação da América latina à luz do Concílio*, *Conclusões de Medellín*, Petrópolis: Vozes, 1973.

¹⁰ **Pablo Richard**, *A força espiritual da igreja dos pobres*, Petrópolis: Vozes, 1989. A questão é bastante bem tratada por **Paulo Sérgio Lopes Gonçalves**, *Liberationis mysterium. O projeto sistemático da teologia da libertação. Um estudo teológico na perspectiva da regula fidei*. Roma: PUG, 1997.

Por outro lado, e por estarem bem inseridas em seus contextos específicos, as Cebs tiveram não pouca importância na organização política do lugar e, por este caminho, influenciaram politicamente o país e o continente. Sua convicção é a de que a transformação do mundo e da sociedade, necessária para ultrapassar a injustiça e a dominação, deve ser feita pela atividade política. A conversão do coração de cada crente não é suficiente para transformar o mundo, porque há estruturas sociais que não dependem dele e que não são apenas formadas pelo cidadão, mas também o formam. Desta maneira a ação política sobre o contexto no qual se vive é forma estabelecer coerência com o que se crê, aproximando a fé da vida cotidiana e enxergando nela seus desdobramentos e repercussões. Percebe-se como a mera enumeração de princípios doutrinários ou o cumprimento de rituais não sejam suficientes para concretizar a prática cristã, que assume características de incidência sobre o real social.

Aqui também muitas críticas se fizeram sentir, como aquelas que acusavam a Teologia da Libertação de confundir religião com política e gritavam aos quatro ventos que tais realidades são diferentes e separadas, como se isso fosse possível. Por outro lado, não poucas vezes a Teologia da Libertação foi acusada de não cultivar a espiritualidade, querendo, então, transformar simplesmente a Igreja em um partido político ou, pior, tornando-a instrumento de partidos políticos. A Teologia da Libertação foi acusada, inclusive, da diminuição do número de católicos no continente, pois diziam que o que as pessoas procuravam na Igreja e na religião era conforto espiritual e não atividade política, e por isso abandonavam a Igreja para buscarem espiritualidade em outros rincões. O viés ideológico de tais críticas é facilmente perceptível. Por conta de sua proposta, de sua força utópica na compreensão do Reino de Deus como convivência fraterna no Amor, muitos agentes eclesiais foram martirizados no continente, indicando a força desta espiritualidade que tem base na Teologia da Libertação.

Diga-se ainda que tal perspectiva influenciou em muitos sentidos a ação da Igreja, sua prática pastoral. Houve espaços de participação, em conselhos e Assembléias; organizaram-se grupos pastorais com atuação específica em questões sociais, como Pastoral da Criança, Pastoral da Terra, Pastoral Operária, Pastoral de Fé e Política e outras

tantas; as práticas religiosas adquiriram novo sentido, em romarias, novenas e procissões, por exemplo; muito do catolicismo popular foi recuperado como afirmação de identidade e resistência do povo frente à dominação; houve grande atenção às periferias urbanas e os problemas que lhe afetam, assim como preocupação com o custo de vida, desemprego e outras tragédias sócio-políticas; as forças sociais sentiram necessidade de se aproximar daquelas comunidades para se fazerem sentir, e movimentos eclesiais e sociais como que caminharam juntos, trazendo esperança de um tempo novo e diferente.¹¹

5. As instruções romanas

A Congregação para a Doutrina da Fé publicou dois documentos a respeito da Teologia da Libertação, pois se sentiu no dever de alertar contra os perigos e desvios de uma forma de pensar e fazer teologia totalmente nova e diferente. Não foi o primeiro caso em que isso aconteceu, pois cada vez que a teologia singra por caminhos desconhecidos e incomuns, a ortodoxia e a disciplina alertam contra os perigos e desvios. Foi assim em 1984 e 1986, com a publicação dos dois documentos, *Libertatis Nuntius* e *Libertatis Conscientia*.¹²

O primeiro documento, *Libertatis Nuntius*, era uma “Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação”. É um documento bastante ácido e crítico quanto a esta teologia ressaltando, fundamentalmente, sua utilização de categorias marxistas e mais tudo o que daí se depreende, desde a violência e a luta de classes até uma possível confusão entre libertação social e salvação transcendental. Assinado por Joseph Ratzinger, então prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, o documento termina com algumas orientações que pretendem dar outro quadro referencial para a Teologia da Libertação.

¹¹ Assim **Francisco de Aquino Junior**, “Igreja dos Pobres: do Vaticano II a Medellín e aos dias atuais”, in *REB*, v. 72, f. 288, 2012, p. 807-830; ainda **Victor Codina**, *Para compreender La eclesiologia desde America Latina*, Estella: Verbo Divino, 1990.

¹² **Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé**, *Instrução Libertatis Nuntius sobre alguns aspectos da teologia da libertação*, de 06 de agosto de 1984; **Congregação para a Doutrina da Fé**, *Instrução Libertatis Conscientia sobre a liberdade cristã e a libertação*, de 22 de março de 1986.

Pela própria pluralidade de maneiras de se pensar tal teologia e pelos diferentes usos de categorias marxistas, alguns teólogos não se reconheceram naquelas críticas, como foi o caso de Juan Luiz Segundo, que publicou um estudo pertinente sobre aquele documento.¹³ Por outro lado, bispos se levantaram em defesa da Teologia da Libertação que, segundo eles, poderia existir sem o apelo a categorias marxistas e sua condenação significaria dura pena para uma Igreja comprometida com os pobres. Foi assim com o episcopado brasileiro, até que novo documento foi publicado pela Congregação para a Doutrina da Fé, *Libertatis Conscientia*, mais brando que aquele primeiro e com posições bastante suavizadas.

Fato é que tais documentos, de uma forma ou outra, acabaram por ajudar a dar à Teologia da Libertação um quadro referencial de segurança e, com o passar do tempo, um afastamento da utilização de categorias marxistas. Mais ainda porque em 1989 deixa de existir o Muro de Berlim, sinal da derrocada dos regimes do leste europeu, inspirados no marxismo tal qual lido pelo leninismo-stalinismo. A partir de então, e por outros fatores que não vem ao caso enumerar, a Teologia da Libertação deixa de ser hegemônica em terras latino-americanas, cedendo lugar a outra corrente, mais espiritualista e pneumatológica, baseada nos assim chamados movimentos eclesiais e novas comunidades.

6. As conquistas da Teologia da Libertação

Se a partir de então se fala menos de Teologia da Libertação, nem por isso ela deixa de existir, renovando-se e readequando-se ao novo tempo, agora levando o nome de Teologia Latino-Americana. Tal reflexão teológica, ainda que utilizando outras categorias, não deixa de pensar a realidade contextual do continente, o clamor dos pobres e o necessário compromisso cristão em sua defesa, anunciando um

¹³ **Juan Luis Segundo**, *Teologia de la liberación, respuesta al cardinal Ratzinger*, Madrid: Cristiandad, 1985.

mundo novo de fraternidade.¹⁴ Por isso se pode falar em continuidade da reflexão teológica, ainda que com nome diferente e tematização um tanto modificada. Alguns aspectos mostram bem esta continuidade e como que constituem o patrimônio teológico tal qual pensado e construído na América Latina. Podemos enumerar alguns destes aspectos.

Trata-se, sempre, de uma teologia que visa a prática e dela nasce, por isso continua operando no método ver-julgar-agir. Ainda que sem fazer recurso às ciências do social, a partir de seu lugar específico, o pensar teológico é crítico com relação ao contexto no qual se vive, sobretudo em suas ameaças sobre os mais fracos. Olhar a realidade é o primeiro passo para se pensar como agir sobre ela a partir do Evangelho de Jesus Cristo. Daí que seu horizonte prático-pastoral permanece o mesmo ou, ao menos, semelhante àquele da Teologia da Libertação.

A opção preferencial pelos pobres é outro aspecto, talvez o mais importante, da continuidade da reflexão teológica latino-americana. Ela ampliou-se para incluir diferentes tipos de enfraquecidos e empobrecidos, englobando reflexões de gênero, de raça e outros ainda. A perspectiva de defesa do fraco é que fundamenta as posições de movimentos neoconservadores a respeito do aborto, ainda que não se deem conta disso. No contexto atual, a opção pelos pobres ajuda a pensar a realidade dos excluídos do sistema, uma nova versão de pobreza em voga no século XXI. São aqueles que não contam, que não tem nenhuma importância, e que se desaparecerem da face da Terra não se dará por sua falta. São populações, povos e continentes inteiros colocados à margem do sistema, como se fossem completamente supérfluos, excluídos. Sua integração exigirá mudanças essenciais no sistema sócio-político-econômico.

Se as Cebs não são mais hegemônicas no continente, nem por isso se perdeu de vista a importância da vivência comunitária no cristianismo, a proximidade entre fé e vida e a valorização da religiosidade popular. Elas permanecem como sinal de uma Igreja dos pobres, constituída por eles e para eles voltada. Estas são características que

¹⁴ Veja-se a importante publicação de **Agenor Brighenti e Rosario Hermano** (orgs.), *A teologia da libertação em prospectiva*, São Paulo: Paulus-Paulinas, 2013.

continuam existindo na Igreja latino-americana e que lhe dão sua identidade. Poderíamos enumerar outras ainda, como a leitura popular da Bíblia, o comprometimento social da ação pastoral da Igreja, a confiança no Deus da Vida e em Jesus libertador, a centralidade dos pobres e oprimidos, a transformação da sociedade e outros ainda. São características presentes no Documento de Aparecida,¹⁵ fruto da Assembleia Geral do Celam em sua Conferência de 2007.

7. O ministério de Francisco

Quando o Papa Bento XVI anunciou sua decisão de renunciar ao trono de Pedro, em fevereiro de 2013, o mundo católico se espantou. Havia ali mais que uma decisão pessoal, havia uma crise instalada na Igreja que comprometia sua credibilidade e sua liberdade de ação. O Papa confessava-se sem a energia necessária para empreender as reformas que se faziam necessárias para reorganizar a atividade eclesial e seu posicionamento na sociedade. Os cardeais acorreram a Roma para o conclave, precedido pelas congregações gerais logo após a declaração de Sede Vacante. Bento XVI saía de cena e deixava o caminho livre para as reformas que se faziam necessárias. Nas congregações gerais houve muitas conversas e uma espécie de consenso de que seriam necessárias reformas profundas na administração da Cúria Romana e, por conseguinte, em estruturas eclesiais que precisariam de outra compreensão ou, ao menos, outra organização.

Não foi sem espanto que o mundo conheceu a decisão dos cardeais, em 13 de março de 2013. Em um conclave rápido, foi eleito Jorge Mario Bergoglio, o papa que veio do “fim do mundo”, o primeiro jesuíta e o primeiro latino-americano a assumir o papado, e que decidiu chamar-se Francisco. Suas primeiras palavras e seus primeiros gestos já apontavam para uma novidade inesperada, a de simplicidade e humanidade. Seu posicionamento inicial, que seria confirmado mais tarde, trazia à tona o que o Concílio Vaticano II havia proposto há cinquenta anos. Preferindo apresentar-se como bispo de Roma,

¹⁵ **Celam**, *Documento de Aparecida*, São Paulo: Paulus, 2007.

decidiu também habitar aposentos mais simples, trabalhar em equipe e, em colegialidade, promover as reformas que se esperavam dele.¹⁶

Não cabe enumerar seus gestos e palavras mais surpreendentes, nem focar a atenção nas diferenças de postura com os pontificados anteriores. Cabe sim reconhecer que Francisco toma como referência o Concílio Vaticano II e sua proposta eclesiológica, foca sua preocupação na ação pastoral da Igreja e traz para a Igreja universal aquilo que era próprio da Igreja latino-americana.¹⁷ Neste sentido o Papa é latino-americano não porque nasceu neste continente, mas porque em sua prática e em seu comportamento transparece aquilo que a teologia e a Igreja latino-americana vivem e testemunham.

Muitos gostariam de dizer que Francisco segue à risca a Teologia da Libertação, ou então que a condena. Ele praticamente não usa a palavra libertação, ou não a usa naquele sentido em que era usada na década de 70.¹⁸ Nem como arcebispo de Buenos Aires ele se notabilizou por suas referências à Teologia da Libertação. Elas praticamente inexistem no vocabulário, embora sua prática possa ser caracterizada como daquela teologia.¹⁹

É preciso reconhecer que a Igreja da Argentina não foi das mais progressistas do continente, pelo contrário. Predominantemente conservadora, ela não se destacou, como a brasileira, por exemplo, no combate à ditadura militar. Isso não quer dizer que tenha sido colaboradora do regime, quer dizer apenas que houve outros episcopados e outras igrejas mais avançados e mais sintonizados com a Teologia da Libertação que os da Argentina. No entanto, lá também se conhece este modo de produzir teologia, embora de maneira peculiar. Os nomes mais conhecidos neste aspecto são os de Lucio Gera e Juan Carlos Scanonne. Lá se constrói o que foi chamado de “teologia

¹⁶ Assim, por exemplo, **João Décio Passos e Afonso M. L. Soares**, *Francisco: renasce a esperança*, São Paulo: Paulinas, 2013; também **Mário Escobar**, *Francisco o papa da simplicidade*, São Paulo: Agir, 2014.

¹⁷ Cf. EG 16-17.

¹⁸ Assim compreende **Leonardo Boff**, *Francisco de Assis e Francisco de Roma: uma nova primavera na Igreja?* Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2013; a mesma ideia o autor resume em seu blog na internet <http://leonardoboff.wordpress.com/2013/04/26/papa-francisco-e-a-teologia-da-libertacao>, acessado em 04/07/2014.

¹⁹ Cf. idem.

do povo” que é, em muitos aspectos, a própria Teologia da Libertação com características argentinas. Também trabalha com o método ver-julgar-agir, ligando a prática histórica com a reflexão teológica, mas faz menos apelo às ciências sociais, preferindo as referências culturais.²⁰ Daí sublinhar a importância da cultura popular, de sua religiosidade e de sua mística, reconhecendo que os pobres são os seus mais autênticos intérpretes. Voltada fundamentalmente para a pastoral, esta reflexão teológica enquadra-se na perspectiva da Teologia da Libertação privilegiando os pobres e sua afirmação como sujeito histórico através da evangelização da cultura e de sua encarnação na piedade e na espiritualidade popular. Aqui se percebe a Igreja que sai missionariamente em direção às periferias, ao encontro do povo, em verdadeira pastoral popular. Compreende-se bem, desde este ponto, o cuidado e o respeito que Francisco tem para com a devoção e a religiosidade popular, manifestada, por exemplo, em seu comportamento com relação a Nossa Senhora Aparecida quando de sua vinda ao Brasil, ou no destaque à afirmação da piedade popular em seus textos e pronunciamentos.²¹

Quanto ao método teológico e pastoral, nenhuma dúvida de que Francisco se utiliza do ver-julgar-agir, como a Teologia da Libertação, inclusive em sua vertente argentina da “teologia do povo”. Não foi sem surpresa que acompanhamos a introdução deste método quando da realização da Conferência de Aparecida,²² e é bom lembrar que Bergoglio era responsável pela comissão de redação daquele documento. Menos espantosa foi a introdução desta metodologia na exortação *Evangelii Gaudium*, ainda que pudéssemos esperar que o documento do papa se elaborasse sem recurso a este método com jeito de América Latina. Os capítulos 1 e 2 da *Evangelii Gaudium* são, nitidamente, a etapa do ver no documento papal. Ele mesmo afirma que “convém recordar brevemente o contexto em que temos de viver e agir”, ainda que não seja “um olhar puramente sociológico”, mas

²⁰ Veja-se **Juan Carlos Scannone**, *Teologia de la liberación y praxis popular*, Salamanca: Sigueme, 1976.

²¹ Assim EG 122-126

²² Cf. **Celam**, *Documento de Aparecida*, São Paulo: Paulus, 2007, já citado.

sim um “discernimento evangélico”.²³ De resto a própria estrutura do texto faz transparecer a utilização desta metodologia que visa impulsionar a “conversão pastoral” da Igreja²⁴ em direção à sua identidade missionária.

É na questão da opção preferencial pelos pobres que as atitudes de Francisco e seu texto mais o aproximam da Teologia da Libertação. Não há dúvidas quanto ao lugar central dos pobres no pensamento e nas atitudes do papa.²⁵ “Eu quero uma Igreja pobre e para os pobres”,²⁶ afirma ele, preocupado em fazer com que a Igreja seja como um “hospital de campanha”,²⁷ sempre pronta a acolher e cuidar dos feridos do mundo contemporâneo, em todas as periferias existenciais, incluindo as geográficas. Antes de sua viagem ao Brasil para a Jornada Mundial da Juventude, a primeira viagem do papa fora de Roma foi à ilha de Lampedusa, onde aportam os refugiados africanos, aqueles excluídos inclusive da preocupação das autoridades. Sua ida à ilha colocou a questão dos refugiados e de suas cruces no centro da discussão mundial e da atenção eclesial. E assim seguidamente no ensinamento de Francisco: uma atenção especial aos pobres por sua força evangelizadora, que reside em sua fraqueza e sua pequenez, diante de quem a Igreja deve sempre estar pronta a uma ação solidária.

Mas não é sem importância notar que Francisco conhece, e bem, os desdobramentos político-sociais da opção preferencial pelos pobres. Sua pregação não é apenas para a conversão do coração em vista da prática da caridade; neste sentido ele se distancia daquela compreensão de que sempre deve haver pobres para serem objetos da caridade alheia. Francisco vai ao cerne da questão e aponta para

²³ EG 50. A teologia da libertação latino-americana conheceu uma evolução recente na aplicação do “ver” do método ver-julgar-agir. Ele tornou-se menos detalhado e menos devedor das ciências do social, privilegiando uma leitura mais cultural e genérica, conforme transparece no próprio Documento de Aparecida, sobretudo em seu capítulo II (DAP 33-100). Também no trabalho dos teólogos latino-americanos tal evolução acontece, conforme se percebe em **Agenor Brighenti e Rosario Hermano** (orgs.), *A teologia da libertação em perspectiva*, São Paulo: Paulus-Paulinas, 2013.

²⁴ A expressão é da Conferência de Aparecida: DAP 370.

²⁵ EG 197-201.

²⁶ EG 198.

²⁷ Cf. **Antonio Spadaro**, *Entrevista exclusiva do Papa Francisco ao Pe. Antonio Spadaro*, São Paulo: Paulus-Loyola, 2013.

a “dimensão social da evangelização”.²⁸ Sua exortação, aqui, lembra outra exortação apostólica, a *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI,²⁹ pois já havia lembrado, antes, a *Gaudium et Spes*.³⁰ A ação evangelizadora da Igreja não é apenas intimista nem se esgota no íntimo de cada indivíduo, mas atinge a dimensão social, repercutindo na formação das estruturas de sociedade. Ele já havia criticado duramente o capitalismo acusando-o de idolatria, de prometer salvação sem conseguir realizar este objetivo para todas as pessoas.³¹ Tal crítica propunha uma alternativa a este modelo econômico, preconizando outro mais próximo da solidariedade que permita a afirmação da dignidade de todas as pessoas humanas.³² A crítica ao sistema econômico aliada à alusão à dimensão social da evangelização aponta para o compromisso sócio-político da vivência cristã.³³ Ainda que não pensada nos moldes tradicionais da Teologia da Libertação que se construiu nos anos 80, é fato que o papa aponta para a mesma direção, falando de transformação do mundo e da realidade social onde vivemos.³⁴

Tratando da Nova Evangelização, a Exortação Apostólica de Francisco aponta a dimensão missionária como direção para a qual a Igreja deve caminhar nos próximos anos. Trata-se de uma conversão pastoral para que ela seja decididamente missionária, afirmando assim sua identidade e sua natureza como seguidora de Jesus.³⁵ Esta missão, contudo, não é busca de novos adeptos; não se trata de proselitismo ou simples pregação religiosa, para conduzir as pessoas a práticas devocionais. Não se trata de conquistar ou reconquistar pessoas para a prática da religião. A perspectiva missionária é atualizada, própria do pensamento missionário atual. Trata-se, sim, de um decidido impulso em direção ao anúncio do evangelho da dignidade humana,

²⁸ Cf. EG, cap. 4.

²⁹ Paulo VI, Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, de 08 de dezembro de 1975

³⁰ Concílio Vaticano II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, de 07 de dezembro de 1965. A escolha do nome para a Exortação Apostólica, *Evangelii Gaudium*, parece aludir, propositalmente, para estes dois outros documentos: *Gaudium et Spes* e *Evangelii Nuntiandi*.

³¹ EG 53-58

³² EG 188-192

³³ EG 178-179

³⁴ EG 202-208.

³⁵ EG 25-33.

como lembra o Documento de Aparecida.³⁶ O que está em jogo é a salvação do mundo todo, com especial destaque para os pobres, donde a necessidade de também se transformar as estruturas sobre as quais repousa a organização da sociedade.

Cabe lembrar, então, a grande proposta do trabalho em vista do estabelecimento da paz entre os povos. Este ideal já havia sido assinalado pelo Concílio Vaticano II, sobretudo na *Gaudium et Spes*, e fazia parte da evolução da reflexão teológica latino-americana da libertação. Agora, nas palavras de Francisco, cujo nome já lembra o compromisso pela paz,³⁷ esta será construída pelo diálogo social. Este diálogo, que supõe o estabelecimento do respeito entre as partes dialogantes, precisa ser realizado com o Estado, com a sociedade, com a cultura, com as ciências e com as religiões,³⁸ como modo de proporcionar uma convivência pacífica e respeitosa das diferenças.

Francisco conhece a Teologia da Libertação e a conhece a partir de dentro. Sabe de seus pressupostos, de seu desenvolvimento, de sua grandeza e de seus limites. Sendo teologia situada e contextualizada, é claro que ela comportará limites. Sua prática é a da preocupação com a realidade dos pobres e, por isso, quer uma Igreja toda comprometida nesta direção. A reflexão teológica sobre esta prática será feita depois, por aqueles que se dispuserem a este trabalho. A ele, em seu ministério, cabe melhor a ação de proteção dos pobres que a reflexão teológica sobre esta ação. Neste sentido, lembrava Gutierrez, a teologia é ato segundo.³⁹

Conclusão

A Teologia da Libertação é a contribuição que a Igreja da América Latina deu à Igreja universal no século XX. Pensada a partir do método ver-julgar-agir e comprometida com a libertação dos pobres,

³⁶ Cf. DAp, cap. 8.

³⁷ Assim **Leonardo Boff**, *Francisco de Assis e Francisco de Roma: uma nova primavera na Igreja?* Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2013

³⁸ EG 238-258

³⁹ Cf. **Gustavo Gutierrez**, *Teologia da Libertação, perspectivas*; Petrópolis: Vozes, 1972.

tal teologia se engajava na transformação do mundo, inclusive em sua dimensão política, para que o mundo pudesse ser mais conforme à vontade de Deus, mais justo e mais humano. Francisco, o primeiro papa latino-americano, é a contribuição que esta Igreja dá à Igreja universal no início do século XXI. Conhecedor da Teologia da Libertação, sobretudo em sua vertente argentina, a “teologia do povo”, o papa não hesita em fazer apelo às grandes conquistas que a Teologia da Libertação trouxe: o método ver-julgar-agir, a opção pelos pobres e a ação política como maneira de transformar a realidade da sociedade. Age assim sem reivindicar pertença ou afiliação à Teologia da Libertação e sem a ela referir-se explicitamente, inclusive porque conhece seus limites.

Sente-se, por isso, livre para propor à toda Igreja um compromisso missionário decidido em favor dos pobres e sofredores. Propõe a simplificação e humanização dos trâmites e da vivência eclesial, quer agilidade e dedicação na prática pastoral e propõe uma conversão decidida para a missionariedade em vista de uma existência mais solidária. Sua preocupação pastoral o torna diferente daquilo que a Igreja conheceu nos últimos tempos, e ela tem suas raízes em sua vivência eclesial latino-americana. Não era com este tipo de papa que a Igreja e o mundo estavam habituados, e neste sentido ele cativa alguns tantos e choca outros. Por isso sofre, inclusive, rejeição de não poucos setores eclesiais. Mesmo se a leitura aqui apresentada do pontificado de Francisco é, talvez, excessivamente otimista, ela se justifica por aquilo que havia sido vivido até então. De qualquer forma, há que reconhecer que, efetivamente, Francisco se compromete com os pobres e coloca a prática pastoral como prioritária, antes das discussões sobre aspectos doutrinários. Também nisso há uma aproximação com a Teologia da Libertação pela noção de ortopraxis. O papa Francisco é efetivamente um papa latino-americano, não apenas por sua origem, mas por sua maneira de ser e por sua prática em defesa dos pobres.

Bibliografia:

AQUINO JUNIOR. “Francisco de. “Igreja dos Pobres: do Vaticano II a Medellín e aos dias atuais”. In: REB, v. 72, f. 288, 2012, p. 807-830

- BENTO XVI, “Discurso na sessão inaugural da V Conferência-Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe”. In: **Palavras do Papa Bento XVI no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 111
- BOFF, Leonardo. **E a Igreja se faz povo. Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo**. Petrópolis, Vozes, 1986;
- BOFF, Leonardo. **Francisco de Assis e Francisco de Roma: uma nova primavera na Igreja?** Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2013.
- BOFF, Clodovis. **Teoria do método teológico**. Petrópolis: Vozes, 1998
- BRIGHENTI, Agenor Brighenti; HERMANO, Rosario (orgs.). **A teologia da libertação em perspectiva**. São Paulo: Paulus-Paulinas, 2013.
- BRIGHENTI, Agenor. **Raízes da epistemologia e do método da Teologia da Libertação; o método ver-julgar-agir da Ação Católica e as mediações da teologia latino-americana**. Louvain-la-Neuve: Faculté de Théologie, 1993.
- CELAM. **A igreja na atual transformação da América latina à luz do Concílio**, Conclusões de Medellin. Petrópolis: Vozes, 1973
- CELAM. **Documento de Aparecida**. São Paulo: Paulus, 2007
- Celso Pinto Carias, “Por uma igreja pobre. Uma experiência eclesial vivida pelas Ceb’s”, REB 292, out. 2013, p. 849-864.
- SPADARO, Antonio. **Entrevista exclusiva do Papa Francisco ao Pe. Antonio Spadaro**. São Paulo: Paulus-Loyola, 2013.
- SOARES, Afonso Maria Ligório; PASSOS. **Francisco: renasce a esperança**. São Paulo: Paulinas, 2013
- FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica **Evangelii Gaudium**, de 24 de novembro de 2013.
- FREI BETO. **CEBs, rumo à nova sociedade**. São Paulo: Paulinas, 1983
- MÜLLER, Gerhard L.; GUTIERREZ, Gustavo. **Ao lado dos pobres**. São Paulo: Paulinas, 2014
- GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1972
- LIBÂNIO, João Batista. “La teologia contestuale della liberazione”, in Giuseppe Alberigo, RUGGIERI, Giuseppe; RUSCONI, Roberto (dir.). *Atlante del Cristianesimo*. Turim: UTET, 2005,
- LÖWY, Michel. “Cristianismo da Libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias”. In RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Orgs). **História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

- SILVA, José Maria da (org.). **Papa Francisco: expectativas e perspectivas de um papado**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SEGUNDO, Juan Luis. **Teología de la liberación, respuesta al cardinal Ratzinger**. Madrid: Cristiandad, 1985.
- SCANNONE, Juan Carlos. **Teología de la liberación y praxis popular**. Sigüeme: Salamanca, 1976.
- MOLLAT, Michel. **Les pauvres au moyen age**. Bruxelles : Editions Complexe, 2006.
- RICHARD, Pablo *et al.*. **A luta dos deuses**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- RICHARD, Pablo. **A força espiritual da igreja dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1989
- Paulo Sérgio Lopes Gonçalves. **Liberationis mysterium. O projeto sistemático da teologia da libertação. Um estudo teológico na perspectiva da regula fidei**. Roma: PUG, 1997
- PAULO VI. **Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi**, de 08 de dezembro de 1975
- CODINA Victor. **Para comprender la ecclesologia desde America Latina**. Estella: Verbo Divino, 1990.

Recebido em: 25/08/2015

Aprovado em: 14/09/2015